

Charles Sanders Peirce

## Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus

### *A Neglected Argument for the Reality of God*

Tradução e Apresentação de Cassiano Terra Rodrigues<sup>1</sup>  
*Translation and Presentation by Cassiano Terra Rodrigues*

#### **Apresentação: O Encantamento da Musa**

*Presentation : The Enchantment of the Muse*

...

*Tenho que encontrar a paz  
Tenho que folgar os nós  
Dos sapatos, da gravata,  
Dos desejos, dos receios  
Tenho que esquecer a data  
Tenho que perder a conta  
Tenho que ter mãos vazias  
Ter a alma e o corpo nus  
Se eu quiser falar com Deus*

...

*Se Eu Quiser Falar Com Deus*, Gilberto Gil



Texto escrito em 1908, a convite de Cassius J. Keiser, matemático e seu amigo, para o *Hibbert Journal*, o escrito “Um Argumento Negligenciado para a Realidade de Deus” figura dentre os mais difíceis da obra de Peirce, seja pela sua escrita, seja pelos temas nele abordados. Pretendo, aqui, apenas sugerir algumas perspectivas, indicar caminhos e possibilidades de interpretação. Uma exposição rigorosa da organização dos temas e de seu conteúdo excederia em demasia os limites desta apresentação. Farei, por isso, apenas breve menção aos que considero alguns dos pontos principais<sup>2</sup>.

- 
1. Doutorando em Filosofia na PUC-SP, bolsista da CAPES e membro do Centro de Estudos do Pragmatismo.
  2. Para a história do texto, alguns detalhes de sua publicação etc., o leitor pode consultar a nota [i] *infra*.



Uma das coisas mais interessantes deste texto é a ligação que estabelece entre o conceito de “Jogo do Devaneio [*Play of Musemen*]” e o realismo do autor. O ponto de partida para entender tal aproximação está na tese metafísica segundo a qual o espírito do homem está *afinado* com o espírito da natureza, por assim dizer. Diz Peirce: “Infiro, em primeiro lugar, que o homem adivinha algo dos princípios secretos do universo porque sua mente se desenvolveu como uma parte do universo e sob a influência dos mesmos princípios secretos [CP 7.46]<sup>3</sup>”. Esta é a razão porque o homem descobre alguma verdade acerca do universo; assim como os outros animais têm instintos, também o homem desenvolveu uma capacidade de adivinhar, mas de maneira a poder *predizer* o que ainda não aconteceu por meio da formulação de hipóteses. Ora, com efeito, a hipótese metafísica apresentada por Peirce segue uma sugestão evolucionista: não havia, na origem do universo, separação substancial entre mente, espírito e matéria, tudo se configurava como possibilidade total e irrestrita. Para Peirce, ainda há na natureza algo desse caos primordial, que ele descreve, no texto sobre o Argumento Negligenciado, da seguinte maneira:

Dos três Universos de Experiência familiares a todos nós, o primeiro compreende meras Idéias, aqueles nadas aéreas aos quais a mente do poeta, do puro matemático ou outro qualquer *poderia* dar habitação local e um nome dentro dessa mente. Sua própria nadidade airosa, o fato de seu Ser consistir na mera capacidade de ser pensado, não em serem pensadas Atualmente por alguém, preserva a sua Realidade. [§ 455]

Este primeiro Universo de Experiência descrito acima é o da pura possibilidade, um Universo onde nada está determinado e onde reina a liberdade absoluta (isto também não está determinado, é uma Realidade ser assim, não uma necessidade). Este é o Universo do acaso absoluto, onde nada ainda veio a ser, do qual tudo ainda pode surgir. Sabemos, contudo, que não vivemos nesse Universo; o nosso mundo é determinado, possui limitações, já veio a ser de uma determinada maneira, nada é completamente livre – coisas *existem*, fatos *ocorrem*. Passamos, então, ao segundo Universo: “O segundo Universo é aquele da Atualidade Bruta de coisas e fatos. Confio que seu Ser consiste em reações contra forças Brutas, não obstante objeções temíveis até que sejam minuciosa e suficientemente examinados [*idem*].” Neste universo, todas as coisas estão em oposição, postas umas contra as outras – tudo é imediatidade, tudo é existente aqui e agora, efetivamente. Este é o sentido da Atualidade Bruta. Como se sabe, no uso corriqueiro, vernacular, esses vocábulos equivalem, o mais das vezes, a algo como “na verdade”, “de verdade” etc. Evidentemente, aqui está em jogo a noção de *enérgeia* (ἐνέργεια), *actu*, *Wirklichkeit*, traduzidos, no jargão filosófico, por “efetivamente”, “efetivo”, que retoma tal noção e não tem a carga semântica temporal, como “atualmente”, “atual”. Entretanto, a dimensão temporal, aqui, não deve ser ignorada. Encontramos,

3. Em inglês: “*I infer in the first place that man divines something of the secret principles of the universe because his mind has developed as a part of the universe and under the influence of these same secret principles*”.

nesta noção de *realidade efetiva*, um conceito de ser reduzido ao caráter presente da coisa, a um tempo do *agora*, em sentido aristotélico: este é o Universo da *existência*, daquilo que existe *de fato*, isto é, Atualmente, que tem um caráter reativo; como diz Peirce, “o que quer que exista, *ex-siste*, isto é, realmente age sobre outros existentes, assim obtém uma auto-identidade, e é definitivamente individual” [5.429]. Mas, há ainda um terceiro e distinto Universo de Experiência:

O terceiro Universo compreende tudo cujo Ser consista no poder ativo para estabelecer conexões entre diferentes objetos, especialmente entre objetos em Universos diferentes. Assim é tudo o que é essencialmente um Signo, – não o mero corpo do Signo, que não é essencialmente assim, mas, por assim dizer, a Alma do Signo, que tem seu ser em seu poder de servir como intermediário entre seu Objeto e uma Mente. Assim, também, é uma consciência viva, e assim a vida, o poder de crescimento de uma planta. Assim é uma instituição viva, – um periódico diário, uma grande fortuna, um “movimento” social. [*ibidem*]

A descrição do terceiro Universo mostra que a incessante complexificação dos processos naturais e a sua constante capacidade de auto-organização testemunham ser impossível sustentar a atualidade definitiva da existência. Entramos no domínio do *Real*, daquilo que permanece o que é, independentemente do que qualquer número de pessoas pense a respeito:

“Real” é uma palavra inventada no século XIII para significar ter Propriedades, isto é, ter características suficientes para identificar seu sujeito, e possuí-las, quando forem ou não a ele atribuídas, de qualquer modo, por qualquer homem singular ou por qualquer grupo de homens. [§ 453]

A permanência do Real é uma característica determinante. Não se deve confundir os conceitos. Peirce distingue *Realidade* de *existência*, da seguinte maneira: a existência é individual, reage a outra individualidade, é particular, está sob a categoria da Atualidade Bruta. A Realidade, por outro lado, é dotada de generalidade, ela não se esgota na individualidade particular, na presentidade absoluta. É característico dos Seres Reais do terceiro Universo não existir isoladamente, mas estar em relação com outros Seres, indicar algo diferente, fora, relacionando-se com esse outro. Deve haver algo na Realidade que escape à determinação, pois observamos o crescimento da diversidade na natureza. Se o Real fosse definível pelo campo existencial dos fenômenos que o compõe, não haveria explicação para, por exemplo, a diversificação e a formação das espécies:

A matéria da Natureza é das mesmas espécies elementares em cada estrela, e o que é ainda mais maravilhoso (exceto por variações de circunstância), através de todo o universo visível, cerca das mesmas proporções de diferentes elementos químicos prevalecem. Embora somente o mero catálogo de componentes conhecidos do carbono já preencheria um volume ingovernável e, talvez, se a verdade fosse conhecida, somente o número de aminoácidos seja ainda maior, é improvável, todavia, que haja mais do que cerca de 600 elementos, dos quais 500 dardejaram rápido demais através do espaço para serem trazidos para baixo pela gravitação da Terra, sendo o corônio o mais vagaroso destes. Este pequeno número indica comparativa simplicidade estrutural. Todavia nenhum matemático confessará a presente falta de esperança de tentar compreender a constituição do átomo de hidrogênio, o mais simples dos elementos que pode ser mantido na Terra. [§ 464]

Já em 1868 [*Grounds of Validity of the Laws of Logic*] Peirce negara que a regularidade e a determinação total fossem os únicos traços constitutivos da natureza. Esta idéia está na origem do que virá a ser seu pensamento maduro; com efeito, em 1892 ele afirma:

[CP 6.46] Aquelas observações que são geralmente aduzidas em favor da causação mecânica simplesmente provam haver um elemento de regularidade na natureza, e não têm qualquer sustentação sobre a questão de se tal regularidade é exata e universal ou não. Ora, com relação a esta *exatidão*, toda observação está diretamente *oposta* a ela; e o máximo que pode ser dito é que um bom tanto desta observação pode ser explicado. Tente verificar qualquer lei da natureza, e encontrarás que, quanto mais precisas as tuas observações, mais certas estarão em mostrar desvios irregulares da lei. Estamos acostumados a prescrever tais desvios, e não o digo erroneamente, a erros de observação; mesmo assim, comumente não podemos dar conta de tais erros de qualquer maneira antecedentemente provável. Vai atrás de suas causas longe o bastante e serás forçado a admitir que elas são sempre devidas à determinação arbitrária, ou [isto é, ao] acaso<sup>4</sup>.

É fato admirável que assistamos, acompanhando o crescimento do âmbito fenomênico, à uma correspondente complexificação das *leis*, da ordem a partir do caos. O crescimento e a complexificação, dessa maneira, não são fortuitos, mas exibem uma ordenação das existências individuais sob generalidades que mostram a liberdade e a criatividade operantes na natureza. Acaso, existência e lei, portanto, tendem a crescer conjuntamente:

Especialmente neles todos [nos três Universos], encontramos um tipo de ocorrência, aquela do crescimento, ela mesma consistindo nas homogeneidades de partes pequenas. Isso é evidente no crescimento de movimento em deslocamento e no crescimento de força em movimento. No crescimento também encontramos que os três Universos conspiram [...] [§ 465]

Os três Universos de Experiência descritos por Peirce recobrem, dessa maneira, o domínio de suas três categorias; primeiridade, secundidade e terceiridade descrevem os modos de ser, respectivamente, do primeiro, do segundo e do terceiro Universo. Este ponto não será explorado. Basta, por ora, a indicação do tema a ser desenvolvido em ocasião futura.



4. Em inglês: “*Those observations which are generally adduced in favor of mechanical causation simply prove that there is an element of regularity in nature, and have no bearing whatever upon the question of whether such regularity is exact and universal or not. Nay, in regard to this exactitude, all observation is directly opposed to it; and the most that can be said is that a good deal of this observation can be explained away. Try to verify any law of nature, and you will find that the more precise your observations, the more certain they will be to show irregular departures from the law. We are accustomed to ascribe these, and I do not say wrongly, to errors of observation; yet we cannot usually account for such errors in any antecedently probable way. Trace their causes back far enough and you will be forced to admit they are always due to arbitrary determination, or chance.*”

A variedade infinita do mundo não pode ter sido criada pela lei, pela ordem, isto é o que aprendemos por observação. Contemplar a imbricação dos três Universos nos leva a entender as leis que descobrimos como o resultado de um processo ainda em curso. A hipótese para explicar o que vemos deve, então, inverter os termos: a lei, a regularidade, a uniformidade e a continuidade do terceiro Universo tiveram origem na variação, na completa desordem, na falta de lei ou de qualquer outro tipo de organização, na liberdade irrestrita, do *acaso* no primeiro Universo: “Quando olhamos para a multiplicidade da natureza estamos olhando direto para a face de uma espontaneidade viva” [6.553].

Neste processo de evolução da desordem, da liberdade e da possibilidade total e irrestrita, para um determinado tipo de existência, ordenada e regular, a mente humana desenvolveu uma capacidade, tal qual um instinto, de adivinhar o curso dos eventos naturais porque também faz parte deles, também está submetida às mesmas leis: “Em outras palavras nossa Razão é análoga [*akin*] à Razão que governa o Universo; devemos assumir isto ou desesperar de descobrir qualquer coisa” [EP 2, 502]. Há um princípio de identidade com base no qual se afirma a tese da conaturalidade entre espírito e matéria. Afirma Peirce:

[...] continuando os conselhos que me foram pedidos, eu deveria dizer, “Entra em teu bote de devaneio, faz-te ao lago do pensamento e deixa o sopro do firmamento enfunar tua vela. Com teus olhos abertos, acorda para o que está à volta ou dentro de ti e estabelece conversa contigo mesmo; pois assim é toda meditação [...]” [§ 461]

Note-se que Peirce não faz distinção entre interno e externo: a meditação é definida como um diálogo com o que está “à volta ou dentro de ti”. Isso é possível porque a descrição dos modos de Ser contidos nos Universos é extensiva a toda Experiência possível, não havendo fronteira precisa entre interno e externo, mente e matéria, sujeito e objeto: não há diferença, há conaturalidade. Ora, por causa disso, não é descabido supor que, no futuro, em longo prazo, a disparidade entre as expressões da mente (no nosso caso, humana) e os eventos naturais tende a desaparecer, pois ambos fazem parte do mesmo processo evolutivo.

Nessa teoria do conhecimento, conjugam-se espontaneidade da razão e inteligibilidade da natureza – ao homem é possível descobrir algo da natureza porque é dela parte integrante e pode, por causa disso, entrar em comunhão com ela: há um *cosmomorfismo*, e não um *antropomorfismo*. Com efeito, afirma o autor: “Uma ‘Experiência’ é um efeito consciente brutalmente produzido que contribui para um hábito autocontrolado, por deliberação, e assim tão satisfatório, de modo a não ser destrutível por nenhum exercício positivo de vigor interno [§ 454]”. Nenhum exercício de ceticismo interno pode alterar um *hábito* já consolidado pela Experiência; no plano da conduta, os hábitos, signos inscritos pelo mundo dos fatos Brutos na mente, não são removíveis por meio de mera especulação teórica. É preciso haver uma outra Experiência que mude a minha crença para que o hábito também seja mudado. Por exemplo, não vou deixar de acreditar que o Sol “nasce” a cada manhã se o Sol não parar de “nascer” *de facto*. A tendência a criar hábitos de ação, própria da mente, é a lei que governa o crescimento da complexidade, é o que explica o surgimento da ordem a partir do caos: regras gerais de conduta surgem, em meio ao caos, de um plano *eidético* originário. Assim, há generalização, no plano mental, por um lado, e, por outro, tendência para criar hábitos de ação, regras gerais de conduta, formas determinadas de existência, no plano material:

Tome-se por ilustração a sensação sofrida por uma criança que coloque seu dedo indicador em uma chama, com a aquisição de um hábito de manter todos os seus membros longe de todas as chamas. [§ 454]

A pura mente, como criativa de pensamento, deve, até onde seja manifestada no tempo, aparecer como tendo uma característica relacionada à capacidade de adquirir hábito [...] [§ 490]

Na cosmologia peirciana, a inteligibilidade se combina com o acaso, isto é, a possibilidade de representar emparelha com a possibilidade de devir. Existe no universo um princípio de espontaneidade, o que torna nossa experiência fluida e constantemente diversa. Conjuntamente, há um princípio evolutivo de continuidade que, causa da regularidade, garante a experiência inteligível. A realidade está aberta à compreensão, nada há de incognoscível, pois a mente é contínua com o restante do *cosmos*. Assim como os processos naturais no terceiro Universo, as idéias, como possibilidades, são Reais, compartilham com o cosmo o mesmo traço de liberdade e generalidade – nós estamos em pensamento, pensamentos não estão em nós.

Ora, assim sendo, ao deixar a mente livre para pensar por si mesma, ao deixá-la solta ao seu próprio *Puro Jogo*, em um estado de abertura e maravilhamento – o mais ingênuos, desinteressados e livres possíveis – para o mundo, entramos em um estado de “Devaneio” [*Musement*] que pode nos colocar *em consonância com o universal*. Peirce define o conceito como segue:

Há uma certa ocupação mental aprazível que, por não possuir nome distintivo, infiro que não seja tão comumente praticada quanto merece; pois, tolerada moderadamente, – digamos, durante algo como cinco ou seis por cento do tempo desperto de alguém, talvez durante um passeio, – é suficientemente recreativa, mais do que para recompensar o dispêndio. [...] não envolve propósito algum, salvo aquele de pôr de lado todo propósito sério [...]. De fato, é Puro Jogo. Ora, Jogo é, todos sabemos, um exercício vívido das forças de alguém. O Puro Jogo não tem regras, exceto esta própria lei de liberdade. O vento sopra onde quer. Não possui propósito, a não ser a recreação. A ocupação particular que quero dizer, – uma *petite bouchée* dos Universos, – pode tomar ou a forma de contemplação estética, ou aquela de construir castelos distantes (seja na Espanha ou dentro do próprio treino moral de alguém), ou aquela de considerar alguma maravilha em um dos Universos, ou alguma conexão entre dois dos três, especulando acerca de sua causa. É esta última espécie – chamá-la-ei, no geral, “Devaneio” – que eu particularmente recomendo [...] [§ 458]

O Devaneio é um estado mental livre de toda especulação definida:

Não há espécie de raciocínio que eu deveria querer desencorajar no Devaneio; e eu deveria lamentar o encontro com alguém que o confinasse a um método de tão moderada fertilidade como o da análise lógica. [§ 461]

É um estado Ideal de liberdade da mente, um estado mental heurístico. É nesse estado de liberdade e de vagueza do pensamento que o Devaneador prestará atenção ao que é único, diferente e inclassificável, não estando especificamente em nenhum Universo, mas, ao mesmo tempo, podendo estar em qualquer um deles:

Deixe o Devaneador, por exemplo, depois de bem apreciar, em sua extensão e profundidade, a inefável variedade de cada Universo, voltar-se a tais fenômenos que, em cada um deles, são da natureza de homogeneidades de conectividade; e que espetáculo se desdobrará! [§ 464]

O diverso, o único, o que não é regular e ao qual as leis da lógica não se aplicam nos convida a sair do tempo, a contemplar algo que não tem causa nem efeito determinados. No Devaneio, pensar é estar em estado de pensamento, por assim dizer, sem estar trancado em si mesmo, mas estando aberto, voltado para fora, deixando a mente livre como um “ninho”, para que as idéias ali se abriguem; é como se fosse preciso dispersar o nosso pensar no mundo para que novas idéias surgissem – e só depois elas seriam examinadas pela especulação lógica.



Em texto de 1906 [*Answers to Questions Concerning my Belief in God*], Peirce escreveu: “‘Deus’ é uma palavra vernacular e, como todas essas palavras, mas mais do que quase qualquer outra, é *vaga* [C.P. 6.494].” No artigo sobre o Argumento Negligenciado, ele afirmará, depois, que a hipótese de Deus, embora sujeita “inevitavelmente à lei do crescimento, parece em sua vagueza representar Deus como tal” [§ 466]. Esta hipótese não é um Argumento propriamente dito, mas uma Argumentação: levantar a hipótese da Realidade de Deus, fundada na contemplação das possibilidades de conexão dos três Universos, na contemplação de sua natureza *eidética*, pode-se dizer, significa perguntar o que têm em comum com os Seres humanos os outros Seres. No *vagar* das idéias pela mente, trazer o exterior para o interior é sintetizar, na consciência, a natureza dos três Universos – pela sua beleza, somos levados a pensar na unidade da beleza (que é “conceber traços de cada Universo como propositais”), a que Peirce chama “Deus”. Com efeito, já desde o início a definição do termo “Deus”, no artigo sobre o Argumento Negligenciado, obedece à lógica da teoria do conhecimento de Peirce, por causa de sua definição inicial: “A palavra ‘Deus’ [...] é o nome próprio definível, significando *Ens necessarium*: segundo minha crença, Realmente criador de todos os três Universos de Experiência” [§ 452].

Ao definir o conceito de Deus como *Ente necessário*, Peirce está-nos dizendo que Deus é uma Idéia necessária à própria Realidade (e não uma Idéia da Razão Pura, como na filosofia kantiana): dada a configuração dos três Universos de Experiência, é necessário haver uma relação Real entre os três Universos não redutível a nenhum deles isoladamente, tampouco pensável separadamente de sua imbricação — essa relação, de uma ordem superior, constitui uma dimensão da Realidade só experienciável por nós, meros humanos, quando do esquecimento das nossas certezas imediatas e objetificantes. Nessa medida, a idéia de um *Ens Necessarium* é definida como se fosse equivalente à de um *Ens Realissimum*. Em outras palavras, não é possível conhecer Deus em si mesmo, mas tão-somente à medida que Deus for Ser, à medida que Deus pertencer à Realidade. Só temos a noção da Realidade de um tal Ser Divino quando nos apercebemos da necessidade do ordenamento dos Universos em que vivemos, quando chegamos a saber não ser possível que cada fato, cada coisa, cada ente seja somente por si e para si mesmo, que tenha um fim em si mesmo sem relação com a totalidade de tudo o que é. Peirce, dessa maneira, reafirma seu realismo escolástico inspirado por Duns Scotus, o que indica outra abertura para um estudo mais aprofundado em outra ocasião.

---

5. Em inglês: “*‘God’ is a vernacular word and, like all such words, but more than almost any, is vague.*”



Muitas outras questões relativas ao conceito de Deus na filosofia peirciana permanecem, contudo, problemáticas. Muitas vezes tem-se a impressão de que o Deus do qual fala Peirce é uma instância transcendente; outras vezes, não conseguimos definir direito se Peirce é um criacionista ou não. Tais questões permanecerão, neste pequeno ensaio, sem resposta definitiva. Interessa, agora, mostrar que a Idéia da divindade surge espontaneamente quando a mente humana devaneia. A Idéia do  $\pi\delta\iota\nu\acute{\iota}$  [*thêios*], por causa disso, é sustentada pela beleza da idéia de que os três Universos estejam intimamente conectados, participando da mesma tendência ao crescimento e à diversificação, e a plausibilidade de tal idéia é sustentada por sua beleza. Em suma, é belo pensar que os Universos estão conectados e que tal conexão é de uma Realidade superior à nossa mera existência. É como se Deus fosse a possibilidade de existência de todas as coisas, e como se o fato de as coisas existirem garantisse essa possibilidade — para Peirce, essa é uma idéia de beleza irresistível. Assim, Peirce enuncia o seu Argumento Negligenciado:

Fossem os teólogos capazes de perceber a força desse argumento, fariam dele tal apresentação da natureza humana universal de modo que mostrasse que uma tendência latente na direção da crença em Deus é um ingrediente fundamental da alma, e que, longe de ser um ingrediente vicioso ou supersticioso, é simplesmente o precipitado natural da meditação sobre a origem dos Três Universos. [§ 487]

No estado de Devaneio, a hipótese da *Realidade* (lembre-se: não da *existência*) de Deus será adotada com uma atração irresistível, por causa da atração estética imediata da própria idéia. Esta Idéia do *divino* não implica, necessariamente, a crença em uma transcendência absoluta. A crença na realidade de Deus é uma crença na realidade da própria evolução do Universo, na diferenciação e complexificação constantes dos processos naturais, na permanência da espontaneidade, no constante desvelamento de uma dimensão que engloba os três Universos de Experiência em si e, conseqüentemente, na própria dissipação do *Ens Necessarium* na temporalidade — não seria possível pensar uma constante concretização da instância divina em existência como um esgotamento dessa mesma divindade? Ora, se a mente tem a capacidade de descobrir verdades sobre a Realidade, e se o processo de interpretação do Real, analogamente à diversificação e à complexificação, é assintótico, poder-se-ia supor que o  $\pi\acute{\epsilon}\kappa\upsilon$  [*thélos*], o objetivo final almejável, o fim possível seria uma identificação completa, num futuro indiscernível, entre a representação mental do Real e o próprio Real. Não seria interessante pensar, de tal ponto de vista, que Deus, à medida que se revela, ou seja, que se dá à representação, também não estaria, pouco a pouco, se *dissipando*, *dissolvendo*, *desaparecendo* na existência representável? Como o processo tende ao infinito, supõe-se que isso nunca aconteça, mesmo porque, se o crescimento da ordem tende ao infinito, a complexificação do caos também tenderia, fazendo com que muitas outras verdades possam ainda ser descobertas, muitas outras auroras possam ainda brilhar. No devaneio é como se, de súbito tomados pela  $\lambda\nu\delta\rho$  [*músa*], contemplássemos o aparecer da  $\epsilon\upsilon\rho\eta$  [*phýsis*] com os olhos de um  $\acute{\alpha}\delta\iota\chi\alpha\iota$  [*aêidós*] — ou de uma criança.



Algumas explicações sobre a tradução são necessárias. A tarefa do tradutor, principalmente em filosofia, é somente traduzir, isto é, trazer para o outro lado, sem, porém, substituir o lugar do autor. Poder-se-ia resumir: é preciso deixar o texto “falar”. Baseado



em tal princípio, procurei manter duas coisas, a saber, a integralidade do texto de Peirce e a sua inteligibilidade em língua portuguesa. E, claro, apareceram dificuldades.

Fiel à sua ética da terminologia, Peirce é metucioso na escolha dos termos, e o presente texto é exemplo maior dessa precaução. Isso me levou, no nível léxico e semântico, por exemplo, a procurar manter a correspondência entre palavras em inglês e português, e salvo quando o cognato de nossa língua soasse sobejamente pernóstico, tal princípio pouco foi desrespeitado. Assim, também no nível sintático e gramatical foram preferidas as mesmas construções de períodos, coordenações e subordinações, bem como, quando possível, a mesma pontuação. Entretanto, o estilo de Peirce muitas vezes pode confundir o leitor. Propenso à parataxe e à elipse, por um lado, e, por outro, com frequência cuidadosamente prolixo, Peirce é outrossim econômico na pontuação, poucas vezes utilizada para secundar a respiração; por vezes há períodos longuíssimos sem sequer uma vírgula, em uma coordenação sintática pouco usual que pode ela mesma expirar o fôlego do leitor. Essa é uma marca de seu estilo que não deve ser negligenciada, pois mostra como o autor pensa. Peirce, o pensador que advogava o sacrifício do estilo em nome da clareza do pensamento, um estilista da sintaxe? Pois é exatamente isto o que mostra o texto – raras são as vezes em que não há hipérbatos; e freqüentes, também, são as citações a nomes ou metáforas escolhidas minuciosamente, com as quais o texto ganha enorme riqueza de detalhes. Escolhemos duas passagens particularmente difíceis para servir de exemplo:

[475] *Over the chasm that yawns between the ultimate goal of science and such ideas of Man's environment as, coming over him during his primeval wanderings in the forest, while yet his very notion of error was of the vaguest, he managed to communicate to some fellow, we are building a cantilever bridge of induction, held together by scientific struts and ties.*

[477] *It was not until long experience forced me to realize that subsequent discoveries were every time showing I had been wrong, while those who understood the maxim as Galileo had done, early unlocked the secret, that the scales fell from my eyes and my mind awoke to the broad and flaming daylight that it is the simpler Hypothesis in the sense of the more facile and natural, the one that instinct suggests, that must be preferred; for the reason that, unless man have a natural bent in accordance with nature's, he has no chance of understanding nature at all.<sup>6</sup>*

A construção sintática, nos dois trechos, lembra fortemente a das línguas declinadas, seja pela intercalação sucessiva de orações coordenadas ou subordinativas dentro de um hipérbato da principal, seja pelo uso de conjunções no início de cada oração, para retomar o que foi dito antes, seja, ainda, pela insistência em orações reduzidas. Seria possível pensar, então, uma fina análise estilística do texto que indicasse a influência de um estilo de pensar, na filosofia de Peirce? Ora, o próprio Peirce manifesta, numerosas vezes em sua obra, a admiração por pensadores gregos, especialmente por Aristóteles; e, de fato, sua linguagem lembra, diversas vezes, a do idioma grego. Entretanto, notórios também são o seu conhecimento de outros idiomas e a sua erudição literária. Peirce

---

6. Na maioria de casos como estes, a tradução inverteu as subordinações, em função da clareza de sentido, como o leitor poderá verificar adiante.

dominava também o latim, o alemão, o francês; uma análise estilística de sua linguagem, que tentasse indicar também o estilo de sua filosofia, teria de levar em conta muitos outros estilos, em comparação com e dentro do estilo de Peirce, pois ora ele parece pensar e escrever como Aristóteles, ora como Schelling, ora como Duns Scotus, ora como Pascal – por razões óbvias de falta de espaço (e de talento), esta não é a ocasião para tal tentativa.

Ainda uma última palavra. Foi colocada entre colchetes uma ou outra intromissão, uma ou outra palavra ou pequena passagem do original em inglês, ou quando alguma dúvida acerca da tradução ainda restasse, ou quando ainda receasse pela clareza da tradução. Longe de minha intenção qualquer preocupação em “facilitar” ou “arrumar” o texto, porém, com tal expediente. Creio que tal violência culminaria em dois possíveis resultados: ou facilitaria demais o texto, tirando do leitor a fascinação do que é difícil, como diz o poema de Yeats; ou, nessa tentativa de “facilitar” ou “arrumar” o texto, dificultá-lo-ia a tal ponto que estaria correndo o risco de retirar todo e qualquer possível desafio prazenteiro da leitura. Em ambos os casos, o resultado só poderia ser catastrófico, pois o efeito seria um só: o texto, quando não o pensamento de Peirce, resultaria escondido e desfigurado, e o desafio do leitor seria descobri-lo por trás de minhas palavras. Procurei evitar ao máximo, por conseguinte, traduzir explicando, parafrasear, transcriber, escrever um texto novo em cima do de Peirce – em suma, não justificar ou justificar minimamente a proverbial fórmula: *traduttore, traditore*. Como em toda tradução, isso nem sempre foi possível, e, pelas razões expostas acima, uma hora ou outra recorri a perifrases – assim, em algumas vezes traduz-se do texto mais do que o espírito, em outras, menos do que a letra – e a fórmula é endossada. A tarefa não é fácil, a tentativa talvez tenha sido valorosa – o resultado, por certo, imperfeito. Cabe agora ao leitor julgar o quanto.

Para esta versão, beneficiei-me das duas edições publicadas do texto. A publicada em *The Essential Peirce – Selected Philosophical Writings*, volume dois (1893-1913), editado pelo *Peirce Edition Project*, foi tomada como base e comparada com aquela dos *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*, volume seis (*Scientific Metaphysics*), editados por Charles Hartshorne, Paul Weiss e Arthur Burks; desta, foi reproduzida entre colchetes a numeração dos parágrafos, porquanto é a edição mais difundida da obra do autor, para facilitar eventual consulta do leitor ao original, caso não disponha do outro volume. Quanto ao “aditamento” escrito por Peirce após já haver terminado o artigo, foram reproduzidas as versões de ambas as edições consultadas, devidamente indicadas. São indicadas, nas notas de rodapé, quaisquer diferenças do texto apresentado pela edição dos *Collected Papers*, precedida pela sigla “C.P.”. Todas as notas acrescentadas pelo *Peirce Edition Project* foram reproduzidas e indicadas pela sigla “N. E. P.”. Dos *Collected Papers* foram traduzidas apenas as que não coincidiam com as da outra edição e as que não fossem de remissão a outros parágrafos, estando indicadas pela sigla “N. C. P.”; as notas dos editores são reproduzidas ao final do texto. A única nota do autor é indicada por caracteres especiais e pela sigla “N. A.”, em rodapé de página. As notas de tradução são todas indicadas pela sigla “N. T.”; não pretendendo comentar o texto, mas apenas elucidar referências, seja a obras, seja a autores, elas justificam algumas escolhas de tradução e explicam certos termos, certas metáforas de Peirce, quando julguei que seria ou necessário, ou proveitoso ao leitor. Para isso foram utilizadas algumas obras de consulta (dicionários e enciclopédias), relacionadas na bibliografia. Peço que o leitor não tolere, se não quiser, algumas delas um pouco mais longas e detalhadas e sinta-se à

vontade para lê-las ou não; de minha parte, não creio que a inclusão dessas notas seja mero preciosismo técnico, mas um recurso que pode dar uma idéia das nuances do texto de Peirce.

Não é de nosso conhecimento existir publicada alguma outra versão para o português do texto em questão. Foram consultadas somente duas outras versões, para o castelhano, uma integral, por Sara F. Barrena (publicada nos *Cuadernos de Anuario Filosófico*, n.º 34, Pamplona, Espanha, 1996, disponível na internet em <<http://www.unav.es/gep/Argument.html>>), outra parcial, por Lía Varela (traduzido em 1981, publicada em <<http://club2.telepolis.com/ohcop/maximo4.html>>). Estas versões valeiram-se do texto publicado nos *Collected Papers*.



Por fim, quero agradecer às pessoas que, de alguma forma, contribuíram para este trabalho. Agradeço a Ana Cláudia Carvalho Domingues, que discutiui alguma coisa dessa tradução; aos colegas do curso sobre estética, semiótica e pragmatismo do Prof. Ivo Assad Ibri, que, durante o segundo semestre letivo de 2002, na PUC-SP, tiveram a paciência de ler uma versão preliminar deveras apressada e imperfeita desta tradução; particularmente, aos prof(s). Maria Rita Sigaud Soares Palmeira, Eli Vagner Francisco Rodrigues, Ivo Assad Ibri, Kelly Parker e Lauro Frederico Barbosa da Silveira, ou por terem este texto, ou por valiosas sugestões à tradução; a Edson Dognaldo Gil, pela minuciosa revisão e pelas várias astutas sugestões; a João Augusto Máttar Neto, pelas sugestões de última hora, por saber o que é trazer “um complexo, individual, a público/ para ser criticado, comentado, estudado” e, principalmente, por ver musas em pedras; um agradecimento especial ao prof. Vicente Azevedo de Arruda Sampaio que, em sinal de amizade gentilíssima e generosa, leu e discutiui comigo toda esta tradução, linha por linha, sugerindo tantas modificações e melhoramentos; por fim, à Roberta, com quem eu conversei sobre este texto, mas não só sobre ele, Atual e Apaixonadamente. No entanto, e obviamente, qualquer equívoco possa haver quanto ao resultado final será de minha inteira responsabilidade.

Cassiano Terra Rodrigues  
São Paulo, verão de 2002/2003